

REVISTA MARACANAN

Entrevista

Entrevista com Margarida Sobral Neto, Professora Catedrática de História Moderna da Universidade de Coimbra

*Interview with Margarida Sobral Neto, Professor of Early Modern History at
the University of Coimbra*

Marina Monteiro Machado*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Carmen Alveal**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Recebido em: 6 dez. 2019.

Aprovado em: 20 dez. 2019.



Entrevista realizada por e-mail, durante o mês de novembro de 2019, para compor o dossiê "História das Propriedades e Direitos de Acesso".

* Professora Adjunta de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuando graduação em Ciências Econômicas e no Programa de Pós-graduação em História. Doutora e Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense; graduada em História pela mesma instituição. Vice-Coordenadora do INCT - Proprietas, "História Social das Propriedades e Direitos de Acesso". (marinamachado@gmail.com)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7093-3904>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5955676567988660>

** Professora Associada de História do Brasil Colônia e História Agrária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando na graduação e no Programa de Pós-graduação em História. *Philosophiae Doctor in History* pela Johns Hopkins University; Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; graduada em História pela Universidade Federal Fluminense. É coordenadora do LEHS-UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social) e da Plataforma SILB (Sesmaria do Império Luso-Brasileiro).

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1202-0231>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1118391491224309>

Entrevistadoras: A senhora fez seu curso de graduação em História. Gostaríamos de saber: como ocorreu a escolha da profissão? Como era o ambiente da universidade? Havia preconceito com a carreira?

Margarida Sobral Neto: Iniciei a licenciatura em História na Universidade de Coimbra no ano de 1971. Fiz o bacharelato (três anos) numa conjuntura política marcada pelos anos finais do “Estado Novo”, numa universidade ainda muito vigiada pelo regime político. Os conteúdos das disciplinas refletiam os constrangimentos ideológicos impostos pelo poder político. Predominava a história política e institucional tradicional, com particular enfoque no estudo da época medieval e moderna até o pombalismo. Eram ainda lecionados assuntos referentes aos chamados “Descobrimentos”, numa vertente sobretudo de história náutica. Alguns professores estavam a par das novas temáticas históricas que eram objeto de análise, sobretudo na França (como se comprova em suas bibliotecas), mas a abordagem de alguns temas, nomeadamente os da história econômica, não era permitida devido à sua imediata conotação com o marxismo.

Tive o privilégio de concluir a licenciatura (cinco anos) já no contexto da revolução democrática, num tempo marcado pelo sonho e pela esperança. Na pesquisa e na escrita da História operou-se uma grande abertura de campos historiográficos, tanto no que diz respeito aos temas como aos períodos cronológicos.

Antes da Revolução de Abril, a licenciatura em História dava acesso sobretudo ao ensino secundário, sendo exíguo o número de professoras universitárias e de historiadoras. A democratização alterou de forma significativa o ensino em Portugal, em particular o universitário, tornando o corpo docente menos elitista e menos masculino. Registrou-se um grande afluxo de estudantes jovens e de adultos à universidade, o que exigiu a contratação de novos professores. A minha geração contava com um grupo de estudantes mulheres que se destacavam pelo empenhamento nos estudos, dado que explica que tivessem iniciado logo no ano de 1975 a leção de cadeiras com o estatuto de “monitoras”. Foi o meu caso. Com efeito, iniciei a colaboração na docência de uma cadeira, denominada *Introdução à história econômica e social*, ainda estudante, no ano de 1975, sendo regente da cadeira o Doutor Joaquim Romero de Magalhães, historiador muito familiarizado com as correntes da *Nova História* que se escrevia na Europa. Devo-lhe a abertura de horizontes e ensinamentos que contribuíram muito para a minha formação na área da história econômica e social. Em 1976, ano em concluí a licenciatura, frequentei o seminário de história rural lecionado pelo Prof. Luís Ferrand de Almeida. Esse distinto professor era um especialista em História do Brasil, tendo dedicado a tese de licenciatura e a de doutoramento, bem como outros estudos, ao tema da “definição dos limites meridionais do Brasil”.

Concluída a licenciatura, fui convidada para exercer as funções de assistente, assumindo de imediato a regência de cadeiras de Iniciação à História e de outras na área da

história moderna. No que diz respeito à orientação científica, optei pelo professor que me ensinara a dar os primeiros passos na área da história rural. Apesar de Luís Ferrand de Almeida ser um especialista em história do Brasil, não me encaminhou para a "história do Império", assunto rodeado de preconceitos ideológicos na primeira década da democracia portuguesa.

Após sobreveio um tempo longo de preparação da tese, circunstância que se deve à acumulação da docência e de cargos com a investigação, mas também a mudanças no projeto de investigação inicial. No início propunha-me abordar os aspetos jurídicos e institucionais que regulavam as relações sociais nos campos. A pesquisa nos arquivos, nomeadamente a leitura de fontes judiciais, revelou-me, entretanto, outra faceta dessas relações, a da conflitualidade entre poderes e das resistências camponesas. Esse feliz achado levou-me a reformular as questões de investigação e a estudar a norma mas também o conflito. Concluí o meu doutoramento no ano de 1992 na área de História Moderna e Contemporânea, sendo em seguida contratada como professora auxiliar. Em 1997, passei à categoria de professora associada, tendo prestado provas de agregação em 2008. Nessas provas, que integram uma lição, escolhi abordar o tema das petições enviadas às cortes régias no século XVII, tempo aproveitado pelo povo para dar conta ao rei dos seus problemas locais.

Após um tempo longo de não abertura de concursos, atingi o estatuto de catedrática em junho de 2018.

A minha carreira académica foi feita na universidade, mas sempre em sintonia com o exterior, procurando transferir conhecimento para além do mundo universitário. Com efeito, assumi a coordenação de cursos de formação de professores, função que me permitiu conhecer o universo do ensino secundário. Por sua vez, na qualidade de coordenadora do Centro de Estudos de História Local e Regional, sediado numa pequena vila (Penela) do distrito de Coimbra, tenho promovido várias iniciativas de divulgação do conhecimento histórico, nomeadamente ações de formação para professores.

Na sequência de prosseguir a carreira académica, a senhora percebe mudanças na formação da sua época e agora?

Há duas circunstâncias que marcaram a minha carreira académica: uma foi marcada pela liberdade de escolha dos temas a investigar, pela ausência de dirigismo por parte dos orientadores e pela consequente autonomia na escolha dos temas e das abordagens teóricas; outra, por um grande empenhamento e conjugação de esforços no sentido de concretizar os desígnios da transformação social pelo ensino universitário, o que se traduziu muitas vezes na sobreposição dos interesses coletivos aos individuais, em matéria de exercício de cargos e atividades burocráticas, de lecionação de muitas e diversas cadeiras, de transferência de saberes. As quatro vertentes do trabalho universitário são a docência, a investigação, o exercício de cargos e a transferência do saber. A minha geração nem sempre dispôs do tempo

de investigação de que necessitava, não se sentindo igual e particularmente pressionada pela internacionalização, que assume a forma de publicações de muitos “papers” escritos em língua inglesa.

Num mundo global, colocam-se outros desafios à vida universitária, aos quais as gerações mais jovens têm de responder, não descurando, no entanto, as boas práticas da escrita da história bem como o papel das universidades na transformação social.

Sobre a questão do preconceito contra a mulher ou sexismo na academia, a senhora vivenciou ou vivencia situações que revelam desdém às mulheres na produção de conhecimento?

Na resposta a essa pergunta, continuo, no entanto, a considerar que o reconhecimento e a valorização da qualidade do trabalho da mulher (em qualquer contexto profissional) exige muitas vezes reforçado empenho e evidências mais abundantes, circunstâncias que pesam sobretudo sobre as mulheres que assumem duas “frentes de luta”, a carreira universitária e a família. O caminho que se tem percorrido em Portugal vai, no entanto, no sentido de uma maior participação das mulheres em lugares de decisão, bem como do reconhecimento do seu trabalho. A paridade é, porém, ainda um horizonte a atingir.

Sobre o tema da história agrária em Portugal, como a senhora chegou ao tema do seu doutoramento? Por que o foco em um senhorio vinculado a um mosteiro? Em que se diferencia de um não vinculado a uma instituição religiosa?

Uma das áreas de inovação historiográfica aberta no contexto da reforma curricular operada em Coimbra em 1974 foi a criação de um seminário de história rural. A pesquisa nessa unidade curricular foi dirigida no sentido do estudo do regime senhorial na época moderna, tema que contava, então, com abundantes estudos tanto na França como na Espanha, de forma particular em Santiago de Compostela, universidade com a qual Coimbra tinha particulares relações científicas. O motivo da minha decisão de escolha de senhorios monásticos, em particular do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, explica-se pelo fato de serem instituições desse tipo que dominavam na região de Coimbra e de dispor de abundante e plurifacetada documentação no Arquivo da universidade. O desbravamento dos núcleos monásticos revelou-me múltiplas faces do regime senhorial: tanto a sua configuração jurídica, nomeadamente as questões de história da propriedade, mas também aspectos referentes à resistência camponesa, sobretudo o pagamento de tributos, temática que suscitou, e suscita, o meu particular interesse.

Quanto às diferenças entre senhorios eclesiásticos e nobres, elas eram sobretudo de natureza jurisdicional. Para distinguir casas senhoriais ou recompensá-las por serviços

prestados ao reino, os monarcas delegavam na nobreza o exercício de atividades de cariz administrativo e jurisdicional, como escolha e nomeação de pessoas para o exercício de cargos públicos ou mesmo a possibilidade de poderem nomear oficiais senhoriais, que eram investidos de poderes similares aos régios, casos dos ouvidores e de juízes de fora. Esses direitos senhoriais permitiram a formação de clientelas que defendiam os interesses dos senhores, nomeadamente no que se reportava à cobrança de rendas.

Sobre a sua obra, como definiria a importância de perceber a permanência de senhorios no período moderno, instituto cuja origem remonta à Idade Média?

A constituição dos senhorios em Portugal, tanto na sua faceta territorial (domínio sobre um espaço — com o consequente direito de fruição de rendimentos provenientes da exploração dos recursos da terra e do trabalho) quanto na jurisdicional (expressa no exercício de direitos de natureza jurídico-administrativa) tem origem em doações régias, que tinham como objetivo recompensar serviços prestados ao reino (tanto no período da reconquista cristã quanto no tempo da construção do Império). Essas doações satisfaziam os interesses dos monarcas e da nobreza. Com efeito, possibilitavam à coroa sustentar financeiramente uma nobreza “obediente”, que vivia na corte e desempenhava funções de “Estado”. Digo nobreza obediente dado que a preservação dos senhorios, que eram a base de sustentação das Casas, implicava a satisfação das “vontades” régias. As doações eram juridicamente revogáveis, e alguns monarcas utilizaram o instrumento jurídico da revogação para eliminar nobres acusados de crimes contra o rei, caso de D. João II, D. João IV e de D. José (Pombal).

Como percebeu as modificações dos senhorios ao longo do tempo em Portugal do medievo e do período moderno?

As instituições senhoriais, no plano jurídico, não registraram significativas alterações formais na passagem da época medieval para a moderna. Aumentaram, sempre que possível, o espaço de domínio graças a doações régias e de particulares, compras e junção de territórios vinculados (no caso das casas aristocráticas). Em termos de regime de propriedade, mantiveram o instituto enfiteútico como principal forma de concessão de terras para exploração, reduzindo (sobretudo nos territórios dominados pelo clero) o período de vigência dos contratos: a partir do século XVI os prazos perpétuos foram sendo substituídos por prazo de vidas (geralmente três), circunstância que permitia um maior controlo da terra e eventuais ajustamentos de tributos.

A legislação publicada na época pombalina introduziu, no entanto, algumas mudanças sobretudo no regime jurídico dos senhorios eclesiásticos. As leis mais expressivas foram as que impediram o aumento dos territórios eclesiásticos bem como o das áreas destinadas à exploração direta, as chamadas reservas senhoriais. Essas medidas visavam aumentar a oferta

de terra e possibilitar a sua aquisição por parte de uma burguesia que almejava ascender socialmente com a obtenção de rendimentos fundiários.

Algumas interpretações da legislação sobre propriedade fundiária publicada no reinado de D. José ultrapassaram a letra da lei, registrando-se algumas distorções, os chamados “efeitos perversos”, sendo manipuladas com objetivo de fundamentar as reivindicações do grupo socialmente heterogêneo dos enfiteutas, que pretendiam ter acesso a rendimentos fundiários, por motivos econômicos, mas também sociais e simbólicos.

A legislação pombalina, tanto nos casos de cumprimento da letra da lei quanto nos de distorção do seu conteúdo, contribuiu para a criação de uma situação de instabilidade que se agravará até a Revolução Liberal.

A maior perda de poderes senhoriais ocorreu, no entanto, no reinado de D. Maria I, com as leis de 1790-1792, que aboliram as jurisdições senhoriais submetendo todo o território à jurisdição régia. Formalmente, as casas senhoriais perderam, por exemplo, o poder de intervir na escolha ou na nomeação de oficiais concelhios, fato que lhes conferia uma importante parcela de poder, retirando-lhes ainda um instrumento de coação dos povos em matéria de cobrança de tributos senhoriais.

Como explicaria a importância de uma derrocada, no século XIX, dos senhorios para a história contemporânea portuguesa? Como teria acontecido?

Na sequência da Revolução Liberal, em 1834, foram extintos os senhorios das ordens religiosas regulares, passando os seus bens para a tutela do Estado. Às ordens religiosas femininas permitiu-se a permanência nos edifícios monásticos, sendo-lhes vedada, no entanto, a admissão de noviças. Os conventos femininos sofreram, assim, um processo de morte lenta, encerrando-se com a morte da última freira.

As casas aristocráticas resistiram durante mais tempo às investidas do regime liberal. A sua desagregação ocorreu na sequência da lei de 1863, que aboliu o regime de morgadio que impedira a divisão, por herança, dos patrimônios vinculados, circunstância que garantira a sustentação de casas aristocráticas desde a Idade Média até meados do século XIX.

Para a abolição dos senhorios nobres e eclesiásticos concorreram fatores de natureza ideológica liberal, mas também circunstâncias de natureza econômica e social. Com efeito, as bases materiais de sustentação dos senhorios ruíram, em 1832, com a extinção dos pesados tributos que impediam o produtor de fazer melhorias no cultivo dos campos. Com efeito, foi a abolição dos forais (documentos que consagravam tributos devidos à Coroa, na sua grande maioria cedidos às casas senhoriais) e dos dízimos (tributo eclesiástico no valor de 10% dos rendimentos) que extinguiu a principal base de financiamento das instituições senhoriais, ditando a impossibilidade da sua manutenção. A extinção dos senhorios foi, entretanto, objeto de um amplo debate nas cortes liberais, motivado pela impossibilidade prática de distinguir os

bens e direitos de proveniência régia e os provenientes de aquisições particulares ou decorrentes de contratos entre casas senhoriais e enfiteutas.

Deve-se notar, no entanto, a permanência ao longo do século XIX dos contratos enfiteúticos, que continuaram a regular as relações entre proprietários e cultivadores da terra no âmbito de um quadro legal que pouco se afastava do período anterior ao liberalismo.

Como analisa a percepção pelo público português de obras que tratam da questão agrária? Pergunta-se isso em comparação com o Brasil, cuja temática é menos visitada por haver bastante preconceito e se achar tema de comunista/esquerdista.

As minhas raízes estão no mundo rural onde nasci e passei a infância. Na minha família havia um grande apego à terra, fonte de rendimentos mas também forma de vida em estreita ligação com a natureza. No concelho onde eu nasci, nasceu também um dos maiores escritores portugueses do século XX, opositor do regime salazarista, cujas obras me revelaram o mundo rural beirão em várias facetas, nomeadamente os contrastes da beleza dos campos e da dureza da vida.

Foi uma obra deste escritor, Aquilino Ribeiro, intitulada *Quando os lobos uivam* — obra que aborda a luta do povo pela preservação da posse e pela gestão da propriedade comunitária perante a usurpação dessas terras pelo Estado com objetivo da sua florestação com pinheiro-bravo (em estreita articulação com os interesses das indústrias de celulose) —, que me despertou a atenção para o estudo dos bens comunitários, tema sobre o qual já escrevi vários textos, tentando acompanhar as diferentes perspectivas de análise que sobre esse tema se têm elaborado (desde os autores oitocentistas defensores do individualismo agrário até Ostrom). Na sequência da Revolução de 25 de Abril, a luta pela recuperação da propriedade comunitária foi uma causa ideológica da esquerda, ainda que as comunidades que gritavam o slogan “Os baldios são do povo” manifestassem nesse protesto sobretudo a reivindicação da devolução à gestão das comunidades de bens que ancestralmente lhe pertenciam e cuja fruição se integrava numa agricultura de subsistência.

A dimensão política e fortemente ideológica das questões agrárias expressou-se sobretudo nas lutas que se travaram no Alentejo, região do latifúndio, a partir de 1974, em torno da “reforma agrária”.

Na minha perspectiva a conotação da história agrária com uma ideologia de esquerda exprime-se nas áreas de investigação já citadas — a propriedade comunitária e a reforma agrária e pontualmente na obra de alguns historiadores, sendo o caso mais evidente o de José Tengarrinha, historiador e político assumidamente de esquerda e lutador contra o Estado Novo. A sua obra *Movimentos populares agrários em Portugal (1775-1825)* reflete uma postura ideológica na escolha do tema e em algumas interpretações e formulações de hipóteses.

Considero, entretanto, que o fato da investigação em história rural não suscitar mais interesse em Portugal não decorre da sua conotação com leituras marxistas (ainda que essa associação explique a escassa investigação na área da história econômica durante o Estado Novo), mas por motivações de outra natureza.

Destaco em primeiro lugar a representação, muito conotada com a ideia de atraso, que ao longo do tempo foi apresentada da agricultura portuguesa. Os traços estruturais mais evidenciados desse setor econômico, ao longo do tempo, são as insuficiências na produção de cereais (o que implicava importação do exterior sobretudo para o abastecimento urbano) e o número restrito de exportações provenientes da produção agrícola, que se circunscreviam ao azeite, ao vinho do Douro e às frutas algarvias.

É minha convicção que a ideia do “atraso econômico português” de base agrícola veiculado pela historiografia portuguesa não estimulou as investigações no campo da história rural, não permitindo que se criasse a percepção de que o mundo rural, nas diversas épocas históricas, sustentou uma economia de subsistência, permitiu que o desequilíbrio da balança comercial não fosse maior e sobretudo contribuiu para sustentar instituições e corpos sociais. Para estes, a terra desempenhou uma função econômica mas também uma base de prestígio social, de estatuto e de poder.

Por paradoxal que pareça, penso que podemos afirmar que, num país em que o comércio colonial teve um peso relevante, foram os rendimentos fundiários os que tiveram mais procura no caminho para a mobilidade social.

A senhora é professora catedrática de História Moderna na Universidade de Coimbra, tendo um particular interesse pela História do Brasil. Gostaríamos de saber como isso se reflete em seu trabalho como pesquisadora.

O meu desafio ao estudar História do Brasil é tentar compreender sobretudo o processo de transposição de instituições, e de normas de diversa natureza, para um território habitado por comunidades que tinham um modo de vida muito diferente do europeu. Os colonizadores portugueses, quando chegaram ao Brasil, só conheciam o sistema europeu de organização institucional de territórios e de governação de gentes, sobretudo da Europa do Sul, com o qual o português implantado na Idade Média e desenvolvido na época moderna tinha mais afinidades.

O que me fascina encontrar, sobretudo em documentação de natureza institucional, é a forma como se construiu um território político num espaço tão diferente em potencialidades de recursos, e, sobretudo, em dimensão, bem como compreender o processo de ajustamento dos modelos europeus, eles próprios em processo de mutação, ao Brasil. Compraz-me afirmar que o estudo de história do Brasil colonial me tem permitido compreender melhor a história de Portugal. Considero que o diálogo com a historiografia brasileira (por meio da palavra e da

escrita) se configura com muitas potencialidades no âmbito da escrita da história global, que pressupõe o entrecruzar de histórias comparadas.